



Número: **0000384-16.2018.8.17.3030**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Palmares**

Última distribuição : **05/03/2018**

Valor da causa: **R\$ 8.606,25**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SILVANA MARIA SILVA DO NASCIMENTO (AUTOR)		BRUNO VIEIRA FERNANDES PINHEIRO (ADVOGADO) GUILHERME TRINDADE HENRIQUES BEZERRA CAVALCANTI (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28676 112	05/03/2018 12:47	Petição Inicial	Petição Inicial
28676 155	05/03/2018 12:47	SILVANA MARIA DA SILVA DO NASCIMENTO . DOC1	Documento de Comprovação
28676 163	05/03/2018 12:47	SILVANA MARIA DA SILVA DO NASCIMENTO . DOC2	Documento de Comprovação
28676 169	05/03/2018 12:47	SILVANA MARIA DA SILVA DO NASCIMENTO . DOC3	Documento de Comprovação
28676 179	05/03/2018 12:47	SILVANA MARIA DA SILVA DO NASCIMENTO . DOC4	Documento de Comprovação
28676 597	05/03/2018 12:50	Petição	Petição
28953 432	14/03/2018 10:59	Despacho	Despacho
29815 510	06/04/2018 08:13	Intimação	Intimação
31212 457	14/05/2018 11:25	Emenda à Inicial	Petição
31212 551	14/05/2018 11:25	CURATELA	Documento de Comprovação
32012 264	04/06/2018 16:29	Intimação	Intimação
32012 655	04/06/2018 16:33	Citação	Citação
32985 426	06/07/2018 08:54	Certidão	Certidão
32985 463	06/07/2018 08:54	0384-16.2018.8.17.3030.xlsx	Laudo Pericial
33009 977	06/07/2018 21:59	Intimação	Intimação
33396 041	18/07/2018 11:50	Manifestação sobre Laudo	Petição
33422 280	18/07/2018 17:31	Juntada de Contrato de Honorários	Petição
33422 312	18/07/2018 17:31	DANIEL FERREIRA DA SILVA JUNIOR - CONTRATO	Documento de Comprovação

35138 633	03/09/2018 14:09	Certidão	Certidão
35138 662	03/09/2018 14:09	img20180903_13441982	Aviso de recebimento (AR)
35190 036	04/09/2018 15:26	Despacho	Despacho
37382 140	31/10/2018 20:06	Certidão	Certidão
37409 343	01/11/2018 15:05	Despacho	Despacho
37976 964	16/11/2018 12:41	Intimação	Intimação
38599 339	02/12/2018 19:21	Manifestação	Petição
38963 697	02/01/2019 18:44	Sentença	Sentença
39737 030	07/01/2019 13:01	Intimação	Intimação
39737 107	07/01/2019 13:03	Intimação	Intimação
39868 085	10/01/2019 10:39	Intimação	Intimação
40477 551	28/01/2019 17:37	Petição	Petição

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____VARA CÍVEL DA
COMARCA DE PALMARES – PE**

DANIEL FERREIRA DA SILVA JUNIOR, menor de idade representado por sua genitora **SILVANA MARIA SILVA DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, do lar, portadora da cédula de identidade 4.721.689 SDS/PE, inscrita no CPF sob nº 810.156.154-49, domiciliada na Rua Teófilo Rodrigues, n 206-A, CEP 55540-000, Palmares - PE, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência por seu advogado infra-assinado (instrumento de procuração doc. anexo), com fulcro no art. 319 e ss do Código de Processo Civil, ajuizar a presente:

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA

DPVAT

com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, **situada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP - 20031-205**, pelo que declara e passa a expor:

PRELIMINARMENTE

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Requer a concessão do benefício da Justiça Gratuita à parte autora, vez que não possui meios para arcar com as custas deste processo sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme comprova através de documento em anexo. Fundamenta seu pedido nos arts. 4º e seguintes da lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86, e art. 5º, LXXIV da CF.

DA COMPETÊNCIA



A parte demandante fez a escolha deste foro, tendo em vista o domicílio do autor ou local do acidente e com base na Súmula 540 do STJ:

"Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu".

DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

. Diante do novo artigo 319, inciso VII e artigo 334, §5º do CPC, vem a parte autora expor que não tem interesse em participar, neste primeiro momento, da audiência de conciliação e mediação antes da realização da perícia médica, pois a Lei que regulamenta o Seguro DPVAT impõe a necessidade dela para quantificar o grau da lesão e, conseqüentemente, verificar se a parte autora tem algum valor a receber ou não. Após isso, é que a Seguradora ré será capaz de ofertar possível proposta ou o MM. Juiz julgar.

. Assim, com base nas explanações acima e no artigo 334, §5º do CPC, a parte autora não tem interesse na autocomposição nesta fase do processo.

DOS FATOS

. A parte demandante foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 28/09/2016, que resultaram em seqüelas definitivas, **decorrente da fratura em membro inferior direito**, assim impedindo o desempenho de suas funções habitualmente exercidas.

. No entanto, a parte requerente fez requerimento administrativo do Seguro (**SINISTRO N° 317018958**) e recebeu o valor **RS 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, **quantia muito aquém diante das lesões sofridas**, em total desrespeito à legislação vigente, fazendo jus a parte autora ao recebimento da diferença a fim de integralizar toda a monta indenizatória.

DO DIREITO

. Sendo a parte demandante vítima de acidente de veículo automotor, atrai a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, alínea “b” que dispõe:



Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) ...

b) até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

Assim, esclarecendo novamente, a parte autora não recebeu o valor integral de pleno direito, em total desrespeito com a legislação vigente, fazendo jus ao recebimento da diferença ao valor integral da indenização, de seu direito, caso realmente exista, após perícia quantitativa obrigatória a ser realizada em Juízo conforme Súmula 474 do STJ, que segue abaixo:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

. Conforme documentos anexos, a parte demandante comprova o acidente e os danos por este causado, em consonância com o art. 5º, da Lei 6.194/74, que exige a simples prova do acidente independente da existência de culpa, conforme jurisprudências transcritas a seguir, in verbis:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550 QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da Republica nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consórcio de seguradoras foi criado justamente para cobrir a indenização por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio. Inconstitucionalidade rejeitada. A indenização por morte em acidente de transito e devida, mediante simples prova do acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.(grifo nosso)

. Diante do exposto, não restou alternativa senão entrar com a presente ação para receber o correspondente à diferença entre o valor recebido e o valor devido com base na Lei 6.194/74.

DO REQUERIMENTO

. Assim, ante o exposto, é a presente para REQUERER à Vossa Excelência o quanto segue:

1) Seja citada a ré na forma do artigo 319 e seguintes do CPC, com a observação do não interesse na audiência de conciliação e mediação, bem como com as suas devidas observações e consequências no endereço indicado nesta peça vestibular, nas pessoas de seus representantes legais;



- 2) A PROCEDÊNCIA da presente, com a condenação da requerida ao pagamento da diferença no valor **R\$ 8.606,25 (oito mil seiscientos e seis reais e vinte e cinco centavos)** da indenização do seguro obrigatório DPVAT, corrigidos monetariamente e juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, alínea “a”, da Lei 6.194/74 e com fulcro no art. 319 e ss do Código de Processo Civil;
- 3) Requer a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, por ser parte hipossuficiente desta relação.
- 4) Requer que Vossa Excelência conceda os benefícios da justiça gratuita, considerando que a parte autora não pode arcar com as custas e demais despesas processuais.
- 5) Atesta a autenticidade dos documentos trazidos a baila a este M.M Juízo, sob responsabilidade exclusiva do advogado patrono desta ação, conforme artigo 425 do Código de Processo Civil.
- 6) Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.
- 7) Em especial e indispensável, requer que seja realizada a PROVA PERICIAL, para averiguar o grau das lesões da parte autora, através de perícia traumatológica.
- 8) Requer a condenação em honorários advocatícios na importância de 20%.
- 9) Julgar totalmente procedentes as pretensões da parte Demandante acima pleiteadas, por ser da mais inteira JUSTIÇA.
- 10) Outrossim, requer sejam todas as intimações publicadas exclusivamente em nome dos Procuradores **BRUNO VIEIRA FERNANDES PINHEIRO, OAB-PE 27.264 e GUILHERME TRINDADE HENRIQUES BEZERRA CAVALCANTI, OAB-PE 27.322**, com escritório na Rua Francisco Alves, nº. 105, sala 308, Ilha do Leite, Recife – PE, CEP 50070-490.
- 11) Dá-se a esta o valor **R\$ 8.606,25 (oito mil seiscientos e seis reais e vinte e cinco centavos)**.

Nestes termos

Pede Deferimento

Recife, 22 de fevereiro de 2018.

BRUNO VIEIRA FERNANDES PINHEIRO

OAB/PE 27.264



GUILHERME TRINDADE H. B. CAVALCANTI

OAB/PE 27.322

